

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de consultoria pessoa física especializada para realizar levantamento, sistematização e análise da regulamentação vigente relacionada às atividades permitidas, condicionadas e proibidas em Unidades de Conservação de uso sustentável situadas na Amazônia brasileira, em âmbito federal e dos estados do Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia.

1. Histórico e contexto

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) é considerado a maior iniciativa de proteção de florestas tropicais do mundo. Criado em 2002 para apoiar a consolidação de 60 milhões de hectares de áreas protegidas, o que corresponde a 15% da Amazônia brasileira, o Programa é uma parceria do Governo Brasileiro - por meio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - órgãos estaduais, instituições privadas e a sociedade civil. O ARPA conta com o apoio de doadores nacionais e internacionais, tendo o Funbio como operador financeiro da iniciativa.

Recentemente ampliado para contemplar o fortalecimento comunitário nas Unidades de Conservação de uso sustentável apoiadas pelo ARPA, o Programa conta agora com dois Componentes: ARPA Criação e Gestão de Unidades de Conservação (UCs), que engloba o programa original, e o novo Componente ARPA Comunidades. O foco deste Termo de Referência é o Componente ARPA Comunidades.

O ARPA Criação e Gestão de UCs tem como objetivo promover a conservação e a proteção permanente da biodiversidade, tendo como principais metas: 1) a criação e a consolidação de Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral e de uso sustentável na região amazônica; 2) a manutenção das UCs de proteção integral e de uso sustentável na região amazônica selecionadas para apoio; e 3) a criação de mecanismos que garantam a sustentabilidade financeira das UCs apoiadas em longo prazo. Além de assegurar a conservação de uma amostra representativa da biodiversidade da Amazônia, o ARPA Criação e Gestão de UCs tem como meta a manutenção de serviços ecossistêmicos na região, inclusive aqueles relacionados com a mitigação e adaptação às mudanças do clima.

A partir das lições aprendidas com o ARPA Criação e Gestão de UCs, o ARPA Comunidades tem como foco as comunidades beneficiárias das 60 UCs de uso sustentável apoiadas pelo ARPA Criação e Gestão de UCs, que, juntas, protegem uma área de 23,7 milhões de hectares. O ARPA Comunidades foi estruturado em 5 componentes principais: (1) Fortalecimento das Organizações Comunitárias; (2) Promoção da Sociobioeconomia; (3) Acesso à Energia e Conectividade; (4) Criação e Implementação de Novas Áreas Protegidas; além de um componente transversal que envolve (5) uma Comunidade de Aprendizagem para o Monitoramento, a Avaliação e a Aprendizagem de todo o Componente.

O ARPA Comunidades vem sendo desenhado para promover a conservação das florestas e fortalecer o bem viver das populações beneficiárias das UCs, com foco em gerar resiliência para florestas e

comunidades por meio de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Pretende, ainda, fortalecer as organizações comunitárias e seu acesso a direitos, enquanto contribui para conservar a floresta, reduzindo a presença de atividades ilegais, a degradação e o desmatamento nessas áreas protegidas.

As atividades previstas no ARPA Comunidades incluem formações e capacitações, realização de oficinas com a participação de lideranças comunitárias e dirigentes de organizações comunitárias, elaboração e implantação de planos de negócios comunitários, ampliação do acesso à energia e internet, entre outros.

2. Objetivo da contratação

Realizar o levantamento e sistematização da regulamentação vigente sobre o uso e manejo de recursos naturais, bem como das exigências legais para realização de investimentos em atividades produtivas desenvolvidas por comunidades beneficiárias em UCs de Uso Sustentável das categorias apoiadas pelo ARPA Comunidades, apresentando recomendações acerca da instrução de processos e licenciamentos de atividades associadas às linhas de implementação do ARPA Comunidades.

O trabalho deve ser realizado considerando a regulamentação vigente em âmbito federal e nos estados do Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia, com foco em atos normativos emitidos pelo ICMBio e demais órgãos competentes. Tais informações serão de grande importância para o direcionamento e estabelecimento de regras de alocação de recursos e ao arcabouço de salvaguardas do ARPA Comunidades.

3. Escopo e atividades

A Consultoria desenvolverá levantamento e análise técnica sobre regulamentações com foco nas linhas de implementação do ARPA Comunidades, criando um banco de informações e apresentando recomendações acerca de ações e fluxos necessários para adequação e/ou licenciamento de atividades previstas às normativas identificadas.

Atividades a serem realizadas:

- a) Apresentar o plano de trabalho da Consultoria, para discussão e ajustes;

Produto 1: Plano de trabalho

- b) Levantar e catalogar normas federais e dos estados do Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia que sejam aplicáveis a cada tipo de UC de uso sustentável das categorias apoiadas pelo ARPA Comunidades e considerando as linhas de investimento estruturadas em seus componentes, identificando assim a qual componente do ARPA Comunidades cada norma se relaciona. O/A consultor(a) deverá considerar a legislação nacional aplicável e normativas internas do ICMBio e dos órgãos ambientais dos estados mencionados.

Produto 2: Relatório apresentando sistematização das normas e demais regulamentações pertinentes.

- c) Produzir uma base de dados em formato editável com metadados, indicando no mínimo: título da norma, data, tipo (Instrução Normativa, Portaria, Decreto etc.), número, alçada (federal, estadual etc.), UC de aplicação, atividade regulamentada, conteúdo resumido e status (vigente/revogada/parcialmente vigente);

Produto 3: Relatório analítico com base de dados a ser validada (o produto será aprovado quando a base estiver validada).

- d) Entregar relatório analítico com a síntese dos achados (itens b e c), incluindo mapas e gráficos, quando pertinentes, além de orientações para o enquadramento dos investimentos do ARPA Comunidades nas normativas aplicáveis e, quando couber, no processo de licenciamento de atividades, incluindo recomendações de fluxos a serem seguidos.

Produto 4: Relatório final completo incluindo análise crítica e orientações para a realização dos investimentos do ARPA Comunidades.

4. Produtos esperados

A tabela abaixo apresenta os prazos para submissão dos produtos descritos no item 3, bem como o percentual do valor do contrato a ser pago mediante a aprovação de cada produto. A aprovação dos produtos se dará em um prazo máximo de 10 dias a partir do recebimento dos produtos e do saneamento, pelo(a) consultor(a), de quaisquer dúvidas que o contratante tenha.

Produto	Descrição	Percentual do pagamento	Prazo de submissão (a contar da assinatura do contrato)
1	Plano de Trabalho detalhado	5%	Até 15 dias
2	Relatório sistematizando as normas e demais regulamentações pertinentes	25%	Até 45 dias
3	Relatório analítico com base de dados validada	25%	Até 65 dias
4	Relatório final completo incluindo análise crítica e orientações para a realização dos investimentos do ARPA Comunidades	45%	Até 85 dias

5. Perfil do/a profissional e processo de seleção

A seleção será realizada por meio de uma comparação de currículo de acordo com a Política de Compras e Contratações do Funbio.

O/A consultor(a) selecionado(a) para executar os trabalhos acima descritos deverá apresentar as seguintes características:

I - Possuir formação acadêmica em direito, gestão ambiental, ciências sociais, geografia, entre outros.

- a. Apresentação de currículo documentado comprovando a formação técnica e nível superior na área de conhecimento.
- b. Ter especialização (strictu ou lato sensu) em políticas públicas e/ou meio ambiente e/ou organização judiciária.

II - Ter documentada qualidade e experiência em:

- a. Mínimo de 5 anos de experiência profissional na área socioambiental;
- b. Comprovar experiência em análise jurídica e/ou política ambiental, preferencialmente com foco em áreas protegidas;
- c. Apresentar trabalhos que envolvam pesquisa, levantamento, tabulação e sistematização de dados;
- d. Apresentar trabalhos ou experiência em projetos que demandem ou proporcionem conhecimento quanto à forma de operação de órgãos ou instituições públicas;
- e. Apresentar trabalhos, textos ou experiência em projetos que demonstrem conhecimento acerca da realidade amazônica, normas aplicáveis a UCs do bioma e a dinâmica de autorizações de projetos e investimentos em conservação, tendências e oportunidades em temas relevantes ao estudo em questão.

Interessados deverão responder enviando currículo feito especificamente para esta candidatura, tendo em consideração os requisitos da vaga. Não serão aceitos currículos maiores do que três páginas ou em formato lattes. A pontuação será atribuída tendo em consideração a descrição do perfil desejado, presente nesta seção do Termo de Referência.

6. Supervisão

A supervisão do contrato será realizada pela gerência do ARPA Comunidades.

7. Insumos Necessários

As atividades de elaboração de materiais do consultor deverão ser exercidas em qualquer localidade em home office ou similar. Todo material necessário para a execução do serviço e de coleta de dados para a execução dos trabalhos serão de responsabilidade do/a consultor(a), devendo constar da proposta técnica.

Em caso de reunião virtual, o/a contratado(a) deverá dispor de meios para participação, como internet e computador pessoal. São esperadas até 2 horas de reuniões virtuais com a equipe do ARPA Comunidades após a entrega de cada produto.

O Funbio disponibilizará todos os materiais e informações sobre o ARPA Comunidades e sobre a instituição, de modo a possibilitar a boa execução do trabalho do(a) consultor(a).

O Funbio disponibilizará diárias para cobertura de custos recorrentes (hospedagem, alimentação e traslado) e também custeará passagens aéreas no território nacional, caso necessário.

8. Forma de Contratação e outras informações

Este processo seletivo resultará na contratação de um(a) consultor(a) PF.

Estão incluídos no custo enviado pelo concorrente (quando solicitado) a remuneração dos serviços prestados pelo(a) consultor(a) e todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, devendo ser deduzidos, no ato dos pagamentos, os descontos estipulados por lei (IRRF e INSS).

O(a) consultor(a) deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o Funbio.

O contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio. Qualquer alteração de escopo deve passar pela anuência do Funbio, enquanto contratante.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do documento de cobrança (nota fiscal/fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas, se for o caso).

Todas as informações e materiais produzidos a partir dos trabalhos resultantes deste contrato terão os direitos patrimoniais revertidos para o Funbio, com sua reprodução total ou parcial requerendo expressa autorização do mesmo, inclusive em período posterior ao encerramento do contrato, respeitando-se e reconhecendo-se a propriedade intelectual.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria, deverá ser solicitada previamente autorização do Funbio.

9. Confidencialidade

Os resultados desta consultoria, incluindo notas, reuniões, relatórios (finais ou rascunhos) são confidenciais e não poderão ser distribuídos sem a autorização prévia e expressa do Funbio. Além disso, a publicação do todo ou parte deste material pelo Funbio e seus parceiros não pode ser considerada como uma autorização implícita de distribuição deste conteúdo.

10. Apresentação

Todos os documentos deverão ser apresentados em formato docx ou xlsx. Apresentações devem ser feitas em formato pptx. A entrega dos arquivos deverá ser feita de forma virtual, via e-mail ou por meio de serviços de hospedagem online.